



Avaliando o primeiro ano de execução dos projetos de ATER para a Agroecologia - Caminhos para a sustentabilidade no Agreste, Sertão do Pajeú e Zona da Mata Sul de Pernambuco .

Evaluating the first year of Rural Extension and Technical Assistance (ATER) projects related to Agroecology - Paths to Sustainability in the Sertão, Agreste and Mata Sul of Pernambuco.

SANTOS, Aniérica Almeida dos¹; FILHO, João Alberto Lima de Barros ²; FRANÇA, Ewerton Gustavo³.

1 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, anierica@centrosabia.org.br; 2 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, alberto@centrosabia.org.br; 3 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Ewerton@centrosabia.org.br

Resumo: Em 2013 foi lançada a Chamada Pública de ATER de nº 12/2013 direcionada para o desenvolvimento de trabalhos com foco na Agroecologia. Neste sentido o presente trabalho busca avaliar o primeiro ano de execução dos projetos ATER para a Agroecologia que vem sendo desenvolvidos pelo Centro Sabiá, apontando alguns resultados e avanços observados assim como os desafios a serem superados. A experiência vem sendo vivenciada junto a 2070 famílias que estão distribuídas em 3 regiões do Estado de Pernambuco (Agreste, Sertão do Pajeú e Zona da Mata). Como resultados destaca-se o processo de diálogos e construções junto às famílias e organizações parceiras, sobre ATER e Agroecologia. A experiência também aponta alguns desafios a serem superados como as marcas assistencialistas fruto de outras experiências de ATER nas três regiões assim como a superação de entraves da execução da referida política pública junto ao Estado Brasileiro.

Palavras-Chave: Chamada Pública; gênero; construção do conhecimento agroecológico.

Abstract: In the year 2013 launched the Public Call for ATER nº 12/2013 directed to the work with Agroecology. According to this, the presente study aims to evaluate the first year of the Rural Extension and Technical Assistance (ATER) projects related to Agroecology that has been developed by Centro Sabiá, pointing observed results and advances and the challenges to overcome. The experience has been experienced with 2070 families distributed in three regions of the State of Pernambuco (Sertão, Agreste and Mata). The results highlights the process of dialogue and buildings with families and partner organizations in ATER and Agroecology. The experience also points challenges as past welfare experiences with ATER in three regions and overcoming barriers of operation of this public policy from the Brazilian State. **Keywords:** *Public Call; gender; development of agroecological knowledge.*



Contexto

Em outubro de 2013, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lançaram a Chamada Pública de nº 12/2013 para seleção de projetos de ATER com foco na Agroecologia, cujo objetivo é “consolidar e ampliar os processos de transição agroecológica existentes promovendo o desenvolvimento local e territorial assim como, os processos organizativos dos agricultores e agricultoras familiares que encontram-se em diversos estágios de transição para agriculturas mais sustentáveis”(BRASIL, 2013). Cabe ressaltar que o referido edital, surge após ser instituída a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (PNAPO) e contou com a contribuição de diversas organizações da sociedade civil na sua elaboração.

É neste contexto, que desde abril de 2014, o Centro Sabiá compõe o quadro das organizações que vem executando 03 lotes referentes à Chamada de nº 12/2013 e que estão distribuídos em 03 regiões do Estado de Pernambuco (Agreste, Sertão e Zona da Mata Sul). O objetivo do presente texto é avaliar o primeiro ano de execução dos projetos apontando alguns resultados e avanços observados assim como os desafios a serem superados.

Descrição da experiência

A experiência relatada é frutos dos doze primeiros meses de execução dos projetos. Diferentemente das chamadas que vinham sendo executadas desde o ano de 2010, a chamada pública de ATER para a Agroecologia terá a duração de 03 anos e não 12 meses como anteriormente. Neste sentido, é válido destacar que quando se trata de uma ATER como processo educativo, cuja finalidade é a busca da ampliação dos processos de transição agroecológica já existentes, o tempo é quesito primordial para o início de um processo que seja educativo e continuado.

Outro diferencial desta chamada, em relação a outras já realizadas desde o ano de 2010, diz respeito ao público a ser atendido pelos projetos de ATER selecionados por meio da Chamada Pública. O mesmo foi ampliado, possibilitando que as organizações pudessem trabalhar com agricultores e agricultoras familiares além de incluir povos tradicionais como quilombolas e pescadores artesanais. O fato das instituições também poderem desenvolver os trabalhos em áreas de reforma agrária pode ser considerado como um dos avanços que poderá contribuir para a superação “dos problemas que afetam a implementação de propostas de mudanças, por meio de políticas públicas, na institucionalidade vigente dos processos de fomento ao desenvolvimento dos assentamentos rurais resultantes dos programas de reforma agrária” (DIAS, 2004, p.501).

A garantia de que no mínimo 50% do público beneficiário seja composto de mulheres e que 30% dos recursos financeiros sejam direcionados para as atividades envolvendo as mesmas, assim como, a participação e inclusão da juventude rural é outro destaque.

Desta forma, as informações aqui sistematizadas são fruto de reuniões, encontros e diagnósticos que foram tomados como elementos para o processo de Planejamento Monitoramento e Avaliação (PMA), prática metodológica exercida pelo Centro Sabiá



junto às equipes técnicas que estão diretamente envolvidas na execução dos projetos assim como, com os dois mil e setenta agricultores e agricultoras que estão envolvidos no primeiro ano do projeto.

Resultados

Um ponto a ser destacado refere-se ao processo inicial do projeto, quando ainda se estava executando a mobilização e seleção das famílias. Naquele momento, era apresentado o projeto com seus objetivos, tempo de duração além de proporcionar momentos de reflexão para que as famílias pudessem decidir de forma voluntária se queriam ou não participar. Ainda no processo inicial do projeto, pode-se destacar, o diálogo com parceiros locais, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), Secretarias de Agricultura, Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Em cada articulação realizada dialogou-se com o público supracitado sobre todo o processo de execução do projeto de ATER, nos municípios da área de atuação dos projetos. Tais pontos podem ser considerados como positivos, pois geraram espaços de discussão, debates e esclarecimento sobre qual o papel da ATER e o que é Agroecologia.

Como entraves vivenciados neste momento, cabe ressaltar o reflexo das políticas de ATER pautadas no assistencialismo que ainda são presentes em muitas famílias e que apresentaram expectativas de “ganhar” algo do governo (recursos financeiros, máquinas, insumos etc.). Este processo assistencialista, na maioria das vezes, deixa as famílias do campo desacreditadas de algumas políticas públicas sem falar que a prática de transferência de conhecimento do técnico para o agricultor e agricultora na maioria das vezes, desconsidera todo conhecimento construído e acumulado pelas famílias durante suas vidas.

Não se pode deixar de destacar outra dificuldade que foi vivenciada ainda no momento de mobilização e seleção das famílias e que teve relação com a obrigatoriedade de estas possuírem o documento/comprovante de que são realmente agricultores e agricultoras familiares. Está-se falando da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Para a obtenção do referido documento as famílias devem recorrer aos órgãos autorizados para a sua emissão. No estado de Pernambuco quem emite este documento são as instituições oficiais de ATER, no caso de Pernambuco o IPA, os sindicatos da classe e nas áreas de Assentamento de Reforma Agrária é o INCRA.

Conforme já citado, na etapa inicial do projeto foram realizadas diversas reuniões que tinham como objetivo formar e fortalecer parcerias interinstitucionais, mas, infelizmente, quando as famílias procuraram as instituições responsáveis para emissão do documento esbarraram com diversos problemas como falta de equipe técnica nos escritórios locais dos órgãos oficiais de ATER para emissão da DAP, ou mesmo a cobrança de taxas, ato que é proibido por lei. Tudo isto, refletiu-se como entraves no processo inicial.

Outro aspecto diferenciado desta Chamada de ATER é que esta não foi lançada com as ações e atividades já pré-determinadas pelo MDA, assim como foram outras chamadas públicas em tempos passados. As ações que foram pré-fixadas pelo MDA foram todas no sentido de garantir a realização de diagnósticos e leituras da



realidade das e com as famílias. Os momentos de levantamento das informações duraram em média 07 meses e puderam ser realizados de forma individual (por família) e coletivos. Nas atividades individuais buscou-se realizar a caracterização de cada unidade produtiva familiar e nas atividades coletivas a perspectiva foi de realizar análise e leituras a partir de uma posição problematizadora da equipe técnica acerca das comunidades e territórios.

Tais ações culminaram com planejamentos municipais e territoriais onde foram desenhados juntamente com as famílias e a partir das demandas das mesmas, o que será objeto de trabalho nos demais anos do projeto.

Sem tirar o mérito e reconhecimento dos avanços que foram essas mudanças, sobretudo no formato e orientação da metodologia dos trabalhos das instituições, que passaram a ter mais liberdade para executar e dialogar com os princípios agroecológicos, algumas fragilidades ainda precisam de atenção. A primeira, diz respeito às atividades individuais denominadas de caracterização das Unidades de Produção Familiar (Caracterização UFP) onde existiu a obrigatoriedade das instituições orientarem as equipes técnicas a aplicar um instrumento (questionário) que levantava informações censitárias e que não proporcionou ao corpo técnico criar um momento de diálogo e reflexão junto às famílias. Sem falar que para o referido questionário não existe nenhum banco de dados onde as informações possam ser tratadas e assim servir de insumo para a análise e o debate com as famílias. Desta forma, as informações levantadas nos questionários não retornaram para que as famílias se apropriassem e refletissem sobre suas realidades.

Ao falar em banco de dados, recai-se em outro grande entrave vivenciado na execução desta política pública. Trata-se do Sistema Informatizado de ATER (SIATER), programa desenvolvido pelo MDA que é utilizado para a realização do cadastramento das famílias e da prestação de contas das atividades realizadas pelas instituições. O problema é que tal sistema foi criado somente com a perspectiva de monitoramento da execução das metas para o MDA e não permite que as instituições possam gerar relatórios diversos que apontem para a melhoria do andamento e das práticas desenvolvidas no projeto. No dia a dia as equipes sofrem com a lentidão do sistema e as constantes quedas do mesmo.

A demora na liberação dos recursos referente às atividades realizadas é outra grande dificuldade vivenciada. O trâmite, que passa pela realização das atividades, encaminhamento para aprovação do fiscal do MDA, emissão da nota fiscal pela prestação do serviço e a efetivação do pagamento, tem demandado um tempo considerável o que no caso das ONGs, em que as instituições têm que arcar com todas as despesas das atividades iniciais e de pagamento de pessoal, torna financeiramente insustentável a execução deste tipo de trabalho com este formato de pagamento dos serviços.

Frente aos avanços aqui citados e dos desafios a serem ainda superados, de forma geral, as famílias que estão participando do projeto encontram-se bastante motivadas e destacam alguns pontos positivos como se observa na fala do agricultor José do município de Taquaritinga do Norte. Ele cita que “um fator importante nesta Chamada Pública é a construção coletiva dos processos vivenciados entre a equipe técnica e as famílias beneficiárias, o que tem garantido um olhar específico para cada sistema de produção, comunidade, município e território e, sobretudo



considerando todo o acúmulo, necessidades, potencialidades e desafios a serem superados pelas famílias”.

Para Dona Maria José, do município de Tamandaré, “participar de um projeto como este, está sendo muito gratificante, pois nunca teve a oportunidade de participar de algo assim”. Ela destaca que as reuniões sempre são muito animadas e que tem aprendido coisas novas sobre a agricultura.

O jovem agricultor Lucas, do município de Taquaritinga do Norte, destaca que “essa forma de construir o processo de transição agroecológica é importante, sobretudo porque está garantindo a participação dos jovens agricultores que estão nas comunidades”.

Referências bibliográficas:

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista para Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.**

Brasília, 2013. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/assistencia-tecnica-mapa/chamada_publica_conjunta_agroecologia_incra_mda_norte_nordeste_centro_oeste.pdf. Acesso em 28 Abr. 2015.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. Caderno de Ciência e Tecnologia, v.21, n.3, p.499-543, set/dez. 2004. Disponível em:

<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8707/4892> Acesso em 01 Set. 2013.